

Cobrança – Autos 34.276/2010.

Autores: Denise Garcia de Oliveira e outros.

Réu: Banco Santander S/A.

S E N T E N Ç A

I – RELATÓRIO

Denise Garcia de Oliveira, Toshio Sakamoto, Dalva Baesso Prado, Manoela Pereira Ribeiro, Alayr de Oliveira Nunes Delbin, Raimunda Luzia de Brito, Adélio Marques Pedrosa, Carlos Eduardo Ferreira de Almeida, Bernardo Quartin Bairros, Airton João Gasparetto, Antenor Francisco de Oliveira, Abimael Lossavero, Humberto Luiz Coelho, Paulo Schwitzer, Adão Apolônio Campello, Armando Schifino, Aldione Garcia de Oliveira Scares, e herdeiros de Bernardo Alfredo da Luz, todos já qualificados nos autos, propuseram ação de cobrança em face de Banco Santander S/A, também já qualificado. Alegaram, em síntese, que mantiveram contratos bancários junto ao réu, em determinado período, oportunidade em que aplicaram seus recursos financeiros, discriminados na inicial, em cadernetas de poupanças. Alegaram, porém, que o réu não aplicou corretamente os índices do IPC, que previam 44,80% em maio de 1990 e 7,87% em junho de 1990, além dos juros remuneratórios correspondentes, ocasionando prejuízo em seu desfavor. Diante disso, requereram a aplicação e pagamento das diferenças desses índices que equivalem a R\$ 126.743,31 (cento e vinte seis mil setecentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos), mediante a procedência do pedido, observada sucumbência, salientando que ao presente caso não se aplica o limite de NCz\$ 50.000,00.

Em contestação (fls. 201/217 vº), o réu postulou, de início, pela retificação do pólo passivo, arguindo, na sequência, preliminares de falta de interesse de agir e ilegitimidade passiva. Alegou prescrição. No mérito, sustentou a inexistência de direito adquirido, asseverando que apenas cumpriu a legislação em vigor à época. Impugnou a alegação quanto à inversão do ônus da prova. Em conclusão, requereu a extinção do processo, sem ou com resolução do mérito, e, sucessivamente, a improcedência do pedido, aplicando-se aos autores os encargos legais.

Réplica às fls.235/259.

Instados à produção de provas, a parte autora se manifestou pelo julgamento antecipado (fls. 261), vindo o réu a requerer dilação de prazo para produção de prova documental (fls. 264/vº); deferido às fls. 266.

Após a desistência do réu no sentido da juntada de documentos novos (fls. 269), o Contador Judicial, às fls. 271, esclareceu que os valores apresentados pelos autores estão aritmeticamente corretos, ao que se sucedeu manifestação da parte autora, pela concordância (fls.273). Às fls. 275/vº, o réu impugnou os cálculos, postulando pela nova remessa dos autos à contadoria, o que, ausentes elementos suficientes a embasar referido pedido, restou indeferido (fls. 276).

II – FUNDAMENTAÇÃO

1 – Julgamento Antecipado da Lide

O julgamento antecipado da lide se faz autorizado com base no artigo 330, inciso I, do CPC, ante a desnecessidade de outras provas.

2 – Retificação do Pólo Passivo

Defiro a retificação do pólo passivo, tendo em vista a notória operação de sucessão, em que se passou a denominar a pessoa jurídica Banco Santander (BRASIL) S/A.

3 – Preliminares

A preliminar de **falta de interesse de agir** revela-se, em verdade, em matéria de mérito, que será analisada em sede própria.

No mesmo sentido a preliminar de **falta de interesse de agir em relação ao índice de remuneração de março de 1990**, porquanto versa sobre a incidência ou não do índice correto de atualização monetária. Por outro lado, como se denota da exordial, **sequer há pedido referente ao mês de março/1990**, restringindo-se o pleito aos meses de abril com cômputo em maio, e maio com cômputo em junho, pelo que se rejeita, de antemão, a preliminar argüida.

Não há de se cogitar, ainda, em **ilegitimidade passiva**. O contrato bancário celebrado entre as partes tornou o réu responsável único e exclusivo pelo pagamento da correção monetária dos saldos de caderneta de poupança, eis que, nesses casos, o agente captador de recursos aplicados em caderneta de poupança é parte passiva legítima para responder ação de cobrança ajuizada pelo poupador, relacionada com esse investimento. Nesse sentido: TJPR – ApCiv 0118723-5 – (1) – Guarapuava – 7ª C.Cív. – Rel. Des. Mendonça de Anunciação – DJPR 01.04.2002; e STJ – RESP 161511 – SP – 4ª T. – Rel. Min. Fernando Gonçalves – DJU 08.03.2004 – p. 00257.

4 – Prescrição

De acordo com o réu, nos termos do artigo 206, do CC/02, a pretensão deduzida já estaria prescrita. Contudo, segundo art. 2.028, do mesmo Código Civil, “serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.”

Nas ações de cobrança de diferenças de valores decorrentes de cadernetas de poupança, caso dos autos, o pedido de incidência de determinado índice de correção monetária, assim como os juros remuneratórios constituíam-se nos próprios créditos e não em acessórios, sendo descabida a incidência do prazo quinquenal do artigo 178, § 10, III, do Código Civil/16. No caso, tratando-se de ação pessoal, o prazo prescricional era de 20 (vinte) anos.

Logo, como na hipótese já havia transcorrido mais da metade do prazo fixado na lei anterior, o prazo prescricional, então reduzido pela lei nova, continua a ser o da lei revogada: 20 (vinte) anos, cujo lapso ainda não transcorreu.

5– Mérito

Com efeito, a pretensão deduzida consiste em aplicar aos saldos da caderneta de poupança diferenças decorrentes da legalidade da aplicação do IPC como índice de correção monetária, então extirpados do cálculo da inflação, quando da apuração do índice real que corrigira preços, títulos públicos, tributos e salários, entre outros. Sobre a matéria, já há entendimento corrente e pacífico na jurisprudência no sentido de que o índice aplicável sobre os saldos da caderneta de poupança é aquele vigente

à época da sua abertura ou renovação, caracterizando a sua incidência em verdadeiro direito adquirido do poupador. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO IPC. PRECLUSÃO E COISA JULGADA. NÃO-OCORRÊNCIA. PRECEDENTES 1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento pacífico no sentido da legalidade da aplicação do IPC como índice de correção monetária na conta de liquidação de sentença. 2. É iterativa a orientação jurisprudencial do STJ de que os percentuais do IPC a serem aplicados nos meses de janeiro/89, março/90, abril/90, maio/90 e fevereiro/91 são, respectivamente, nos percentuais de 42,72%, 84,32%, 44,80%, 7,87% e 21,87%. 3. Consolidou-se a jurisprudência no Superior Tribunal de Justiça no sentido de que não implica ofensa aos institutos da coisa julgada e da preclusão a inclusão dos expurgos inflacionários no cálculo da correção monetária, em conta de liquidação de sentença, ainda que essa questão não tenha sido debatida no processo de conhecimento. 4. Recurso especial provido. (STJ – REsp 252172/PR – Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA – DJ 07/11/2005 p. 169).

No mais, como bem argumentaram os autores, a Portaria n. 63, de 23.3.1990, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, e as Circulares ns. 1.623 e 1.629, de 26.3.1990 e 28.3.1990, editadas pelo Banco Central, determinaram, com apoio nos arts. 18 e 21 da Lei n. 8.024/1990, a não submissão ao bloqueio instituído pelo Plano Collor I dos saldos de poupança titularizados por aposentados ou pensionistas. É o que decidiu o eg. Tribunal de Justiça de São Paulo:

ILEGITIMIDADE "AD CAUSAM" - Ação de Cobrança - remuneração em caderneta de poupança - Plano Collor II (1991) - Instituição Financeira depositária - Saldo superior aos NCZ\$50.000,00, após a determinação de bloqueio e transferência pelo BACEN - Possibilidade - poupador que se qualifica como aposentado - Hipótese prevista no artigo 24 da Lei 8.024/90 c/c o art. 1º da Circular nº 1629 do BCB - Legitimidade passiva da entidade bancária- configurada - Apelação não provida (Ap. Cível nº 7185046-9 - 17ª C. de Direito Privado do Tribunal de Justiça de

São Paulo - j. aos 07.05.2008 - Relator Desembargador Maia da Rocha).

Ademais, para o Plano Collor o importante é o valor depositado na caderneta de poupança. Considerando que a lei nova não pode retroagir e ter seus efeitos aplicáveis a ato jurídico perfeito, os saldos das cadernetas de poupança enquanto não transferidos para o Banco Central deveriam ser remunerados pelos índices do IPC (44,80% em abril de 1990 - crédito em maio; e 7,87% em maio de 1990 – crédito em junho), nos termos da Lei 7.730/90 e não pela variação do BTN Fiscal como adotado pelas instituições financeiras, o que reforça a procedência dos pedidos.

Quanto ao argumento de que as contas de poupança que fizeram aniversário entre 1º e 15 de abril de 1990 receberam, em abril, o IPC de março, esclareça-se que é matéria que refoge ao objeto da presente lide. Isso porque, como se observa da inicial, os pedidos ali deduzidos cingem-se aos períodos relativos ao mês de abril/90, com cômputo em maio/90, e ao mês de maio/90, com cômputo em junho/90.

No que alude aos **juros remuneratórios**, a matéria em pauta tem como pressuposto valor a receber, a título de correção monetária, sobre as quais devem incidir juros remuneratórios (também chamados de contratuais) de 0,5% ao mês, por tratar-se de um contrato bancário de poupança, pelo qual se obriga a instituição financeira a pagar ao poupador a correção monetária – que representa a mera atualização em face da desvalorização mensal da moeda – e os juros remuneratórios, que são previstos contratualmente e que, como o próprio nome indica, remuneram as contas-poupança, em contraprestação ao depósito de dinheiro realizado e mantido naquela conta pelo período mínimo de um mês. Logo, pertinente e procedente o pedido formulado na inicial, neste sentido.

A tese do réu de que não **houve lesão a direito adquirido** e mesmo ao patrimônio dos autores não se sustenta frente às considerações aduzidas. Diante disso, tem-se que assiste razão aos autores nos pedidos deduzidos.

Por fim, o Contador Judicial ratificou os cálculos apresentados pelos autores (fls. 271), impondo-se o seu pagamento, nos termos do dispositivo.

III – DISPOSITIVO

Em face do exposto, **julgo procedentes** os pedidos (CPC, art. 269, inc. I), nos termos formulados na inicial, condenando, em consequência, o réu ao pagamento da importância de **R\$ 126.743,31** (cento e vinte seis mil setecentos e quarenta e três reais e trinta e um centavos), acrescido de juros de mora, na ordem de 1% (um por cento) ao mês (CC/02, art. 406, c/c CTN, art. 161, § 1º), contados a partir da citação (CPC, art. 219 e CC/02, art. 405), além de correção monetária, observado o INPC, contada a partir do ajuizamento ação (Lei 6.899/81, art. 1º).

Por conseguinte, condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, estes que ora arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, sopesados os critérios legais (CPC, art. 20, § 3º).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Londrina, 30 de agosto de 2011.

José Ricardo Alvarez Vianna

Juiz de Direito